

A CONTRIBUIÇÃO DE MARIA ODILA FONSECA A ARQUIVOLOGIA: TEORIA, MÉTODOS E PRÁTICAS ENTRE OS ARQUIVOS, A DOCÊNCIA E A PESQUISA¹

Email:
paulo.elian@fiocruz.br

Paulo Roberto Elian dos Santos²

RESUMO

Analisa a trajetória profissional da professora Maria Odila Fonseca de forma a identificar sua contribuição ao desenvolvimento da Arquivologia no Brasil. Acompanha sua passagem por instituições de documentação e arquivos, e examina seus trabalhos, livros, e artigos publicados, sempre com a perspectiva de compreender os contextos políticos, sociais, culturais e científicos de sua época e, sobretudo, a atuação dos atores (pessoas e grupos) com os quais conviveu, interagiu, e exerceu algum tipo de influência. Destaca sua visão integrada da teoria e da prática arquivística e sua atuação na pesquisa e no ensino de graduação e pós-graduação.

Palavras-chave: Maria Odila Fonseca; História da Arquivologia, Brasil; Ensino de Arquivologia; Pesquisa em Arquivologia; Arquivo Nacional.

ABSTRACT

This analysis of the career of professor Maria Odila Fonseca aims to investigate her contribution to the development of Archival Science in Brazil. By focusing on the period she worked for archive institutions, it examines her published papers, books and articles to shed light on the political, social, cultural and scientific background of her time. It aims to help understand the behavior of particular actors (people and groups) with whom she was associated, worked or that were influenced by her. It highlights her integrated view of archives both as theory and practice, her research activities and her involvement in undergraduate and post-graduate education.

Keywords: Maria Odila Fonseca; history of Archival Science, Brazil; Archival Science education; Archival Science research; National Archive.

1 INTRODUÇÃO

Quando o Prof. Eliezer Pires da Silva, há cerca de um mês, me fez o convite para participar desta justa e afetuosa homenagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) à Profª. Maria Odila Fonseca fiquei bastante honrado, mas ao mesmo tempo assustado diante de uma enorme responsabilidade. Por algumas razões que passo a expor: em

¹Este texto foi apresentado por ocasião do evento ‘Dez anos depois: o legado de Maria Odila Fonseca para a Arquivologia brasileira’, realizado no dia 5 de dezembro de 2017, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Agradeço ao Prof. Eliezer Pires da Silva pelo convite e ao Prof. José Maria Jardim, companheiro de trabalho, de estudos, e amigo pessoal de Maria Odila, pela generosa leitura do texto. Alguns dos seus comentários naquela oportunidade procurei incorporar ao texto que, no entanto, é de minha inteira responsabilidade.

²Pesquisador do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. Professor dos programas de pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da COC/Fiocruz.

primeiro lugar, por que considero a Profa. Maria Odila uma das profissionais mais brilhantes da sua geração; em segundo lugar, porque certamente outros colegas, professores ou pesquisadores poderiam desempenhar essa tarefa com maior domínio e competência; e por fim, penso que este tipo de intervenção, ainda que se inscreva no âmbito de uma homenagem e, portanto, sem os ritos e requisitos de caráter científico ou acadêmico, exige algum exercício de reflexão com o qual nunca me defrontei, ou melhor, com o qual muito pouco nos defrontamos na nossa área, a Arquivologia. Porque de fato, não se trata apenas de examinar seus trabalhos, livros, artigos publicados, mas compreender os contextos políticos, sociais, culturais e científicos de sua época e, sobretudo, as instituições por onde passou e os atores (pessoas e grupos) com os quais conviveu, interagiu, e divergiu. Em suma, gostaria de afirmar que considero altamente salutares e necessárias reflexões dessa natureza, me senti positivamente provocado, mas desde já peço desculpas pelas prováveis e compreensíveis imprecisões do texto com pretensões ensaísticas, marcado por algumas ‘especulações’ e pistas que certamente devem ser analisadas e cotejadas por pesquisas. Vejo de forma muito positiva estudos com esta perspectiva, pois podem configurar contribuições a história da Arquivologia no Brasil.

No cartaz de divulgação do evento, o título da minha intervenção é “Contextualização da obra de uma pesquisadora”, o que de partida já nos coloca algumas questões. O que foi a obra de Maria Odila? Sua produção técnica e acadêmica publicada? Sim, mas a ela não se restringe pela simples razão de que Maria Odila fez um percurso profissional combinando hábil e intensamente a vivência nos problemas, práticas, métodos e técnicas dos arquivos com a docência - exercida por um longo período na universidade - e a pesquisa. Daí o título o considerarei mais adequado: ‘A contribuição de Maria Odila Fonseca a Arquivologia: teoria, métodos e práticas entre os arquivos, a docência e a pesquisa’.

2 A UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO INICIAL NO CPDOC/FGV

Quero inicialmente tecer considerações mais gerais que podem nos ajudar a compreender a ‘obra’ de Maria Odila e seu percurso profissional por mais de três décadas. Em primeiro lugar, Maria Odila, fez parte de uma geração de jovens que se formou na universidade na década de 1970, durante a ditadura militar, marcada pela repressão, tortura, censura e forte controle da vida política, social e cultural, em meio a promessas e iniciativas tímidas e vacilantes de “abertura” do regime. Neste ambiente, jovens historiadores e cientistas sociais – como Maria Odila, graduanda em história na Universidade Federal Fluminense (UFF) – que optaram por ofícios voltados a uma abordagem científica e uma reflexão crítica sobre os processos, políticos, econômicos, culturais da vida social, viam-se altamente tolhidos. Ao mesmo tempo, a pesquisa histórica experimentava uma renovação que logo iria desaguar e encontrar entre nós, fora da universidade, sobretudo, ambientes institucionais capazes de abrigar investigações nas áreas das ciências humanas e sociais com uma novidade: a guarda, preservação e acesso a acervos, especialmente arquivos privados, em espaços que convenciamos chamar de centros de memória ou centros de documentação. De forma paradoxal, conforme já apontaram alguns historiadores, durante o governo militar despontaram espaços de atuação profissional que asseguravam certa liberdade de pesquisa, em alguns casos com recursos substanciais de agências de fomento nacionais, como a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep e estrangeiras, como a Fundação Ford.

Vale registrar ainda, para fins do nosso interesse na institucionalização da Arquivologia no Brasil, que a década de 1970, foi marcada pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), no Rio de Janeiro; a realização regular dos congressos brasileiros; a criação da revista *Arquivo & Administração* pela mesma AAB; o mandato universitário ao Curso Permanente de Arquivos (CPA) criado no Arquivo Nacional no início da década de 1960 e a criação dos primeiros cursos no âmbito da universidade; e por fim, a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivo.

Em segundo lugar, ao se vincular ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), uma das experiências seminais da década de 1970, que mencionamos a pouco, Maria Odila fez parte de um grupo de jovens profissionais capturado pelo “encanto” dos arquivos privados - termo que tomo por empréstimo da historiadora Angelade Castro Gomes³. O encanto dos arquivos privados pessoais que ganhavam relevância na historiografia, e é necessário sublinhar que ali no CPDOC se forjou uma ‘escola’ capaz de combinar de maneira original e exitosa os trabalhos de pesquisa histórica e o tratamento da documentação presente nos arquivos de personagens da elite política do país⁴. Naquele centro se “formaram” pelo menos duas gerações, se constituiu um corpo profissional, do qual Maria Odila fez parte⁵, mas logo se desligou para uma nova etapa crucial em seu percurso, e me atrevera a dizer, marcante para alguns dos principais traços que imprimiu a suacarreira.

3 DA FGV AO ARQUIVO NACIONAL: DA PRAIA DE BOTAFOGO À PRAÇA DA REPÚBLICA

A partir de 1980, parte da equipe do CPDOC acompanhou Celina Vargas do Amaral Peixoto no esforço altamente desafiador sintetizado no projeto de traçar e implementar as linhas mestras da modernização do Arquivo Nacional, principal instituição arquivística do país. Maria Odila se incorporou ao projeto em 1981, e logo passou a se destacar, conquistando espaço no pequeno grupo de ‘supervisores’ ou ‘assistentes’ que sob a coordenação de Célia Camargo⁶, tinha a função de acompanhar algumas das principais frentes de trabalho técnicas definidas pela

³Angelade Castro Gomes, no artigo *Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados*, considera que se o destaque aos arquivos privados se prende a uma revalorização do indivíduo na história e, por isso, a uma revalorização da lógica de suas ações, não apenas a história cultural está no centro dessa transformação, mas igualmente uma “nova” história política e uma “nova” história social, cujas fronteiras são fluidas e móveis. Ver Gomes, 1998.

⁴Criado em 1973, pela socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto, a partir da doação do arquivo do seu avô, o ex-presidente Getúlio Vargas, o CPDOC logo passou a abrigar outros arquivos de personagens da história da República, contemporâneos de Vargas, e se constituiu num centro de referência na pesquisa histórica e tratamento de arquivos pessoais. Segundo Célia Camargo, o desenho inicial de estruturação do CPDOC no que se refere aos arquivos, contou com a assessoria de Maria Amélia Porto Míguas, a época, chefe da Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial de Petrópolis. Depoimento a Paulo Elian dos Santos e Vitor Marques Fonseca, em 11 de julho de 2018.

⁵Maria Odila esteve vinculada ao CPDOC/FGV, entre 1977 e 1981.

⁶Formada em História (USP), Célia Reis Camargo foi coordenadora do Setor de Documentação do CPDOC, entre 1978 e 1983. Com a ida de Celina Vargas para a direção-geral do Arquivo Nacional, assumiu a coordenação do Convênio FGV/Arquivo Nacional: Programa de Modernização do Arquivo Nacional, entre 1981 e 1983.

nova gestão⁷. Pôde absorver a literatura da área, seus princípios, conceitos, e exercitar seu conhecimento, revelando-se uma “grande metodóloga”, alguém que “pensava metodologicamente”, na visão de José Maria Jardim. Logo adquiriu o domínio dos elementos que caracterizam a natureza dos arquivos e os distinguem de outros acervos.

Integrou também um seletivo grupo de técnicos que participou de visitas e treinamentos nos principais centros arquivísticos da Europa, Estados Unidos e Canadá. Circulou pelo mundo. A partir do estreitamento dos laços com instituições internacionais, o que inclui o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), Maria Odila pode conhecer as questões, os programas, as ideias e o movimento dos diferentes atores do campo arquivístico, no qual o Arquivo Nacional brasileiro almejava um lugar. Segundo José Maria Jardim, com grande domínio da língua inglesa, amabilidade e capacidade de diálogo, “criou uma sociabilidade profissional internacional”.

Naquele contexto de mudanças, resistências, desconfianças, adesão, alguns confrontos, mas, sobretudo de apropriação e estudo dos problemas complexos de uma instituição daquela natureza na administração pública federal, Maria Odila ao lado de outros profissionais, que ali chegavam, esteve no centro de uma experiência singular entre as instituições arquivísticas brasileiras. A geração de conhecimento do Arquivo Nacional naquele período ainda não foi analisada, e especialmente os dez anos da direção de Celina Vargas⁸. Os manuais técnicos, instrumentos de pesquisa e censos publicados, além da Revista *Acervo*, foram criações inequívocas de um esforço metodológico denso e consistente, que merece ser objeto de estudos no âmbito da universidade.

Em sua passagem pelo Arquivo Nacional, Maria Odila esteve muito próxima do núcleo de decisão, assessorando a direção de Celina Vargas, e compartilhando dessa forma dos grandes temas que estiveram na agenda da instituição. Um destes temas foi o da formação profissional e o papel que o AN poderia ocupar num cenário ainda marcado pela presença de poucos cursos universitários e de enormes desafios políticos e técnico-científicos⁹.

Gostaria de chamar atenção para algo que na minha visão é um dos traços da trajetória de Maria Odila: a experiência no Arquivo Nacional fez dela um ator em permanente diálogo não apenas com os profissionais de sua geração, mas, sobretudo com as gerações anteriores. Maria Odila era essa ponte. E ao fazer esse papel de elo entre gerações, o fez com sabedoria, bebendo dos saberes e das práticas construídas por pessoas e grupos para produzir novos conhecimentos e, vale lembrar, com generosidade inclusive em espaços públicos. Foi interlocutora de muitos dos seus contemporâneos, como Célia Camargo, José Maria Jardim, Regina Celie Simões Marques e Rosely Curi Rondinelli, entre outros. Mas buscou, ao mesmo tempo, reconhecer valor naqueles que haviam pavimentado boa parte da estrada, agora percorrida em novo contexto. Apenas para mencionar alguns nomes, ainda que corra o risco de cometer omissões, vale citar

⁷Entre outros trabalhos, Maria Odila, acompanhava o Grupo de Arranjo e Descrição dos Fundos da Presidência da República, que nos primeiros anos esteve sob a coordenação de Rosely Curi Rondinelli. Sua experiência no CPDOC/FGV foi de grande valia para o tratamento deste acervo que em grande parte contemplava o período do governo Getúlio Vargas, nas décadas de 1930 e 1940.

⁸Sobre o projeto de modernização do Arquivo Nacional e sua presença no cenário arquivístico brasileiro na década de 1980, ver Jardim, 2014.

⁹Com Norma de Góes Monteiro escreveu o trabalho ‘Uma reflexão sobre a formação do profissional de arquivos: o caso brasileiro’ (1986). Publicou ainda o artigo ‘O Arquivo Nacional do Brasil e a formação de arquivistas: todo sobre capacitação’, México, Asociación Latinoamericana de Archivos (ALA), n.6, 1988.

seu apreço por Maria Amélia Porto Migueis, Marilena Leite Paes, Helena Corrêa Machado, e Norma de Góes Monteiro.

A experiência no Arquivo Nacional representou um grande ‘laboratório’ para as macroquestões do mundo dos arquivos na administração pública brasileira. A superação de alguns gargalos estruturais da instituição não encontrou correspondência na mudança de seu lugar periférico na administração, inviabilizando seu papel estratégico e imprescindível como agência de Estado. Os impasses e o esgotamento das possibilidades políticas de novos avanços foram aos poucos minando o ambiente. O Arquivo Nacional foi se ‘despovoando’, perdendo o vigor. A Lei de Arquivos aprovada em 1991 foi de certa forma, percebida por uma parte dos principais atores da área como um elemento novo que viabilizaria as políticas. Bem, este é outro assunto.

4 RUMO A UNIVERSIDADE: O TEMPO DO ENSINO E DA PESQUISA

Professora do Departamento de Documentação da UFF, aonde ingressou em 1982, Maria Odila deixa o Arquivo Nacional nos últimos anos da gestão Celina Vargas¹⁰. Entre 1988 e 1992 atou na coordenação de centros de documentação em órgãos do Ministério da Cultura, como a Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen). É possível afirmar que sua opção por retomar¹¹ o mestrado em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no início da década de 1990, e dedicar-se exclusivamente à docência no curso de arquivologia da UFF sejam um marco da virada em sua carreira, certamente estimulada pelo ambiente da pós-graduação e pelo reencontro com José Maria Jardim que integrou o grupo de jovens e promissores profissionais que participaram intensamente das realizações do Arquivo Nacional na década de 1980.

Esse reencontro produziu importantes efeitos para o curso da UFF e para a arquivologia brasileira. Juntos abriram espaço político e acadêmico para seus trabalhos e para um conjunto expressivo de dissertações e teses no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Convênio IBICT/UFRJ) com reflexos nos dias atuais. Encontraram interlocutores importantes como Maria Nélide Gonzalez de Gómez¹². Naquele ambiente também foram influenciados, me atrevo a especular, por autores nos campos da sociologia, da ciência política e da filosofia da ciência, que lhes forneceram conceitos e abordagens úteis na análise de seus objetos. O diálogo interdisciplinar com a Ciência da Informação, historicamente ancorada nas bases teóricas e

¹⁰Celina Vargas foi diretora-geral do Arquivo Nacional, entre 1980 e 1990. Ver *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p. 7-30. 2013.

¹¹Maria Odila ingressou no mestrado em Ciência da Informação no IBICT, na década de 1970, mas não concluiu o curso, retomado em 1992.

¹²Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestre em Ciência da Informação pela mesma universidade, em Convênio com o IBICT (1982). Graduada em Filosofia pela Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Pesquisadora Titular Aposentada do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT, desde junho de 2010. Professora Visitante Sênior da Universidade Federal Fluminense (Bolsista CAPES-PVNS) 2014-2017. Professora Colaboradora da Pós-Graduação em Ciência da Informação em convênio desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

conceituais da documentação, da biblioteconomia e da informação científica e tecnológica do pós-2ª guerra, não foi tarefa das mais fáceis e Maria Odila, ao lado de José Maria Jardim se dispuseram a enfrentar o tema ao publicarem em 1992, na Revista portuguesa *Cadernos BAD* o artigo seminal ‘As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação’. Os autores procuram analisar as interações possíveis entre as disciplinas como forma de romper com o “problema relativo à aparente e mútua exclusão”. Apontam um deslocamento, uma revisão do objeto da arquivística dos arquivos e dos documentos de arquivo para a informação arquivística, ou o que os canadenses da “arquivística integrada” chamam de informação orgânica registrada, e sistematizam uma cartografia da literatura clássica da ciência da informação e como a mesma trata a informação. O fato é que, concordemos ou não com a procura por estas relações, entre nós, a partir da década de 1990, inúmeros trabalhos na universidade passaram a se ocupar da temática.

Não saberia dizer se Maria Odila chegou a expor publicamente esta avaliação, mas seu reencontro com José Maria Jardim na UFF foi crucial para um ‘revigoramento’ de sua trajetória. Construíram uma sintonia profissional que estimulou as novas gerações e, sobretudo os estudantes da graduação.

Foi também nesse período que Maria Odila conclui em 1996 sua dissertação de mestrado, *Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais*, no IBICT/UF RJ. No trabalho original, apoiado no uso de bibliografia de áreas diversas, metodologicamente sólido e voltado ao tema do acesso – ainda pouco estudado entre nós naquele momento – Maria Odila investiga a questão dirigindo-se aos arquivos municipais das capitais brasileiras. Da dissertação resultariam três artigos publicados nos anos de 1996, 1998 e 1999¹³.

No contexto de expansão dos cursos de graduação em arquivologia na década de 1990, a dupla com José Maria Jardim logo passou a mirar os ‘nós’ que precisavam ser desatados para obtenção de avanços cruciais no ensino, em face de mudanças aceleradas, provocadas pelos novos paradigmas da produção, uso e gestão das informações. O livro “*A formação do arquivista no Brasil*” (Niterói, Eduff, 1999), organizado com José Maria Jardim, é o resultado da seleção de uma parcela das palestras proferidas durante a I Reunião Brasileira de Ensino em Arquivologia (REBARQ), realizada em 1995. Maria Odila contribui com dois capítulos no livro: *O ensino de arquivologia e a literatura arquivística* e *O perfil do aluno do curso de arquivologia da UFF*, este último em colaboração com José Maria Jardim. Escreveu ainda outros trabalhos sobre a temática da formação e capacitação profissional. Na década seguinte, por acreditarem na contribuição técnica e científica que as instituições arquivísticas podem dar a geração de conhecimento na área, foram responsáveis pela iniciativa de retomar, entre 2006 e 2008, o Curso de Especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos da UFF, em parceria inovadora com o Arquivo Nacional.

Como pude mencionar anteriormente, o artigo ‘As relações entre a arquivística e a ciência da informação’, de 1992, abriu não apenas uma agenda de pesquisas, mas a possibilidade de aprofundar as relações interdisciplinares, numa chave mais ampla de investigação para os estudos sobre a epistemologia, a teoria e a história da arquivologia. Maria Odila retoma o tema, de maneira bem sintética, no artigo ‘*Ciência da Informação: denominação de curso e diretrizes*

¹³Maria Odila Kahl Fonseca. O direito à informação. *Arquivo & História*. Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, n.2, out. 1996; Maria Odila Kahl Fonseca. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. *Arquivo & Administração*, v.1, n.1, 1998; Maria Odila Kahl Fonseca. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação [online]*, vol. 28, n.2, p.146-154, 1999.

curriculares’, publicado na *Transinformação*, em 2002, já durante o doutoramento no IBICT, e dois anos depois, em 2004, quando defende a tese *‘Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares’*, sob orientação da Profa. Maria Nélida.

A tese foi publicada em 2005, pela Fundação Getúlio Vargas, e sou tentado a afirmar que influenciou alguns trabalhos em andamento na pós-graduação. De um lado, pelo seu esforço de traçar um panorama histórico das duas áreas, mas, sobretudo da Arquivologia. De outro, pelo aprofundamento das reflexões que passam por sua visão da “informação como elemento central do conjunto de objetos de que ambas se ocupam”, sua discussão com o “pensamento hegemônico” na área dos arquivos - que descarta a informação entre os objetos preferenciais - e as perspectivas renovadoras nesse mesmo pensamento. Em síntese, pretende verificar como o surgimento de novos espaços de conhecimento, a universidade, e a redefinição dos objetos se verifica no Brasil.

O olhar amparado em pesquisa rigorosa e domínio de uma ampla bibliografia, abria inúmeras possibilidades de pesquisa e intervenção em eventos científicos da área. Sua conferência *As estruturas de produção do conhecimento: quadros em movimento*¹⁴, proferida durante o XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia, em abril de 2006, no Rio de Janeiro, é um exemplo lapidar dos caminhos que a Profa. Maria Odila Fonseca abria para novos estudos e do papel que poderia desempenhar como interlocutora qualificada no processo de afirmação da arquivologia como área de conhecimento entre nós.

Ao se propor a “mapear as lacunas que encontrava na identificação de uma possível infraestrutura de pesquisa na Arquivologia, identificada principalmente na fragilidade dos mecanismos de comunicação científica” Maria Odila mira em um dos elementos centrais das investigações que tratam da constituição e institucionalização da ciência. Ela dava sinais claros de flertar com uma literatura da sociologia da ciência, imprescindível para os desdobramentos desse tipo de análise, aquela que se debruça sobre a formação das comunidades científicas, os periódicos, as associações e entidade profissionais e/ou acadêmicas, e o ensino de graduação e pós-graduação. No texto, chama atenção para os trabalhos de Theo Thomassen “um dos mais destacados estudiosos das propostas de Khun aplicadas ao desenvolvimento da arquivologia” (2008, p.9).

Esse foi o último trabalho publicado de Maria Odila, quando iniciava suas atividades na pós-graduação do Programa de Ciência da Informação IBICT-UFF. Deixou-nos de forma prematura quando alcançava a maturidade intelectual e acadêmica. Seu doutorado concluído por volta dos 50 anos se explica por suas opções, escolhas pessoais, mas especialmente pelos caminhos de uma geração que mergulhou, se dedicou a conceber, construir, forjar projetos institucionais que emregra, não passavam pela universidade, pela academia.

Importa reconhecer em Maria Odila Fonseca um espírito que conjugou imaginação e rigor nas pesquisas, muitas delas pioneiras. Importa perceber que ela compreendia a dimensão pedagógica do ato científico, fosse uma sala de aula, um arquivo, uma palestra, ou um centro de memória. Importa reconhecer em sua tese que o campo privilegiado para o estudo da construção de uma disciplina é sua história; que a história de uma ciência é o laboratório de sua epistemologia¹⁵.

¹⁴Com o mesmo título, a conferência foi publicada na Revista *Arquivo & Administração*, v.7, n.1, jan/jun. 2008.

¹⁵Ver Canguilhem, 2002.

Recentemente ao me debruçar sobre uma volumosa coletânea de ensaios sobre um dos mais importantes historiadores brasileiros¹⁶, me detive em um trecho da Apresentação dos organizadores que cabe perfeitamente nessa celebração ao legado da professora Maria Odila Fonseca: “a maior homenagem que podemos prestar a um autor é dialogarmos crítica, criativa e apaixonadamente com sua obra”.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Celia Reis. [Depoimento]. Entrevistadores: Paulo Roberto Elian dos Santos, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. 1 arquivo digital (3h19min). Depoimento concedido ao Projeto História da Arquivologia no Brasil: instituições, atores e dinâmica social, 1971-1991. 11 jul. 2018.

CANGUILHEM, Georges. **Études d’histoire et de philosophie des sciences: concernant les vivants et la vie.** 2ª ed. aum. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2002. – (Problèmes & Controverses)

FONSECA, Vitor Manoel Marques da; ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura. Entrevista com Celina Vargas do Amaral Peixoto. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, jul./dez. 2013, p.7-30.

GOMES, Angela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.121-128. 1998.

JARDIM, José Maria. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. In: **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). – Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj. p.143-172. 2014.

MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas.** – Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

PRODUÇÃO PUBLICADA DE MARIA ODILA FONSECA

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Maria Odila Kahl Fonseca; Maria Amelia Porto Migueis. [Dicionário de Terminologia Arquivística]; 1988. [tradução do DAT 1 de 1984].

FONSECA, Maria Odila Kahl. O Arquivo Nacional do Brasil e a formação de arquivistas: todo sobre capacitação, México, Asociación Latinoamericana de Archivos, n.6, P.30-32, 1988.

_____. Publicações técnicas do Arquivo Nacional: bibliografia comentada. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 101-110. 1988.

¹⁶Ver Monteiro; Eugênio, 2008.

_____. Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais, Dissertação de Mestrado (IBICT/UFRJ), 1996.

_____. O direito à informação. *Arquivo & História*. Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, n.2, p.17-32. 1996.

_____. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. *Arquivo & Administração*, v.1, n.1, 1998.

_____. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação [online]*, vol. 28, n.2, p.146-154. 1999.

_____. O ensino de arquivologia e a literatura arquivística. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl(Orgs.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, Eduff, 1999.

_____. Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. In: Mesa Redonda Nacional de Arquivos: Caderno de Textos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.

_____. Ciência da informação: denominação de curso e diretrizes curriculares. *Transinformação*, v.14, n.1, p.101-104. jan./jun. 2002.

_____. Direito à Informação e Arquivos Municipais no Brasil. *Cadernos de Estudos Municipais*, Portugal, v. 11/12, p.11-40. 2002.

_____. Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares. 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - (IBICT/UFRJ), 2004.

_____. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

_____. A formação de arquivistas e a Universidade como espaço de produção de conhecimento: a experiência brasileira. In: IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, 2005, Lisboa. IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica: comunicações. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2005.

_____. As estruturas de produção do conhecimento arquivístico: quadros em movimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 14, 2006, Rio de Janeiro. Anais: a Arquivologia e a construção social do conhecimento. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2006, 1 CD-ROM.

_____. As estruturas de produção do conhecimento: quadros em movimento. Rio de Janeiro, *Arquivo & Administração*, v.7, n.1, p.5-20. 2008.

GUIA PRELIMINAR DE FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL. Instituições governamentais no município do Rio de Janeiro. Maria Amelia Porto Migueis (Superv.); Eduardo da Silva (Coord.); Maria Odila Kahl Fonseca (Coord.), FCRB; FGV, 1979.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl. As relações entre a arquivística e a ciência da informação, *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, v.2, p.29-45, 1992.

_____. O perfil do aluno do curso de Arquivologia da UFF. In: I Seminário de Estudos de Informação da UFF, 1996, Niterói. Anais do I Seminário de Estudos de Informação da UFF. Niterói: EDUFF, 1996.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl (Org.). A Universidade e o Ensino da Arquivologia no país. **Estudos e Pesquisa: algumas reflexões sobre ensino e práticas na área de informação**. n.2. Niterói, EDUFF, 1998.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl. Arquivos. In: Bernadete Santos Campello; Paulo Caldeira; Vera Macedo. (Org.). **Formas e Expressões do Conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, p.369-389. 1998.

_____. O perfil do aluno do curso de arquivologia da UFF. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl(Orgs.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói, Eduff, 1999.

_____. Estudos de Usuários em Arquivo: em busca de um estado da arte. In: Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, 2000, Rio de Janeiro. Anais do Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

_____. Estudios de usuários em archivos: em busca de um estado de la cuestión. Paris, COMMA: International Journal on Archives, n.2, n.1/2, 2001.

_____. Novas tendências na formação do arquivista. In: II Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, 2002, Rio de Janeiro. II Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

_____. Educação, pesquisa e tecnologia: um olhar a partir da América Latina. Brasília, *Cenário Arquivístico*: revista da Associação Brasileira de Arquivologia. 2003.

_____. Estudos de Usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *Datagrama zero* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n.5, 2004.

MONTEIRO, Norma de Góes Monteiro; FONSECA, Maria Odila Kahl. Uma reflexão sobre a formação do profissional de arquivos: o caso brasileiro, Rio de Janeiro, 1986.